

BERNESTEIN E O MARXISMO: GRANDES INDAGAÇÕES, RESPOSTAS INSUFICIENTES

ANTÔNIO ROBERTO BERTELLI

A social-democracia surgiu como partido na Alemanha com a unificação de dois movimentos organizados na década de sessenta do século passado, a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, fundada em 1863 por Ferdinand Lassalle, e o Partido Operário Social-Democrata Alemão, fundado em 1869, na cidade de Eisenach, sob a liderança de August Bebel e Wilhelm Liebknecht. A unificação dos "lusalianos" e "eisenachianos" deu-se em 1875, no congresso realizado em Gotha, entre 22 e 27 de maio, originando o primeiro grande partido operário moderno, que seguramente forneceu o modelo de partido político dos nossos dias.¹

FORMAÇÃO DOS PARTIDOS SOCIAL-DEMOCRATAS

Em 1878, o partido foi colocado na ilegalidade pelas leis anti-socialistas aprovadas pelo parlamento alemão (Reichstag) sob a pressão do governo liderado por Bismarck.² Contudo, por meio de estratégias, como associações recreativas e culturais, clubes desportivos e associações artísticas, o movimento social-democrata se manteve vivo e atuante, participando das eleições não como partido organizado, mas com candidatos isolados que, eleitos, formavam no parlamento uma bancada social-democrata. Portanto, mesmo diante das leis restritivas, o avanço eleitoral da social-democracia foi enorme, de modo que, em 1890, com a queda das leis anti-socialistas, o partido apareceu como o mais importante da Alemanha.³ Outro aspecto importante foi

a intensa política de organização do movimento sindical desenvolvida pelo partido ainda na ilegalidade, o que lhe propiciou — do ponto de vista classista — uma grande influência no seio do proletariado alemão.⁴

Mas os êxitos da social-democracia alemã não repercutiram somente nos limites das fronteiras nacionais, e por todos os países avançados da Europa começaram a ser criados partidos social-democratas ou socialistas.⁵ Em 1889, pôde-se então pensar na formação de um centro internacional para retomar o caminho percorrido até 1876 pela I Internacional, fundada em Londres por Marx, entre outros (1864). A I Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores) fora praticamente dissolvida, em 1876, devido à extrema instabilidade política da Europa na época. Além disso, a possibilidade de a Associação ser controlada pelos seguidores de Bakunin, então em sérias divergências com Marx e Engels,⁶ constituía um forte motivo para sua dissolução. Assim, em 1889, ao se realizar o Congresso de Paris, onde criou-se o Birô Socialista Internacional (BSI), foi instituída também a II Internacional, que teria um enorme papel na evolução do movimento operário socialista.⁷

Marx e Engels acompanharam com interesse a formação dos partidos social-democratas ou socialistas, mas guardavam a esse respeito certas reservas e receios. Fiéis ao espírito da *democracia social*, ao espírito de 1848, viam com cuidado essa iniciativa de organização classista, pois julgavam que

1 Sobre este ponto ver o interessante livro de Umberto Cerroni, *Teoria do partido político* (São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982).

2 "Em 21 de outubro de 1878, entrou em vigor a 'lei contra as posições socialmente perigosas da social-democracia'; até novembro do mesmo ano haviam sido proibidos: 163 círculos, 40 periódicos e 231 publicações não-periódicas. O livro de A. Bebel, *A mulher e o socialismo* (1879) — com capa falsa — teve oito edições, embora fosse proibida sua distribuição durante as leis anti-socialistas. Em 4 de maio de 1880, a lei foi prorrogada até setembro de 1884. Em 12 de maio de 1884, foi novamente prorrogada por dois anos, o mesmo sucedendo em 21 de março de 1886 e em 17 de fevereiro de 1888, até que foi revogada em 25 de janeiro de 1890, porque inclusive os conservadores — para os quais o projeto de lei não era suficientemente amplo — votaram contra. O balanço de doze anos em que a atividade do partido fora proibida soma 155 periódicos e 1.200 textos impressos não-periódicos proibidos, 900 expulsões, condenações e mais de mil anos de prisão para 1.500 pessoas". Conf. Iring Fetscher, "Bernstein e o desafio à ortodoxia", in Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo*, 2: *O marxismo na época da Segunda Internacional*, primeira parte (São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1982), p. 257, nota 1.

3 De acordo com Engels, em sua introdução a *As lutas de classes na França (1848-1850)*, de Marx, os dados sobre a votação da social-democracia alemã são: 1871, 102.000 votos; 1874, 352.000; 1877, 493.000; 1881, 312.000; 1884, 550.000; 1887, 763.000; 1890, 1.472.000. Conf. Friedrich Engels, "Introdução", in Karl Marx, *As lutas de classes na França (1848-1850)* (São Paulo: Global Editora, 1986), p. 38.

4 Segundo Gustafsson, o crescimento do movimento sindical na Alemanha foi: de 90.000 membros dos sindicatos em 1888, para 301.000 em 1890. Conf. Bo Gustafsson, *Marxismo y revisionismo* (Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975), p. 25.

5 Itália, 1882; Rússia 1883; Inglaterra, 1884; Bélgica, 1885; Noruega, 1887; Áustria, 1888; Suíça, 1888; Suécia, 1889. Conf. Bo Gustafsson op. cit., p. 19.

6 Sobre a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, sua história, as divergências com Bakunin e os anarquistas e os acontecimentos que levaram à sua transferência para Nova Iorque, existe uma ampla bibliografia. Consultar: D. Riazanov, *Marx-Engels e a história do movimento operário* (São Paulo: Global Editora, 1984) pp. 113-134 e 135-169; Franz Mehring, *Karl Marx*, 2 vols. (Lisboa: Editorial Presença, s/d), pp. 63-108 e 145-270, volume II; Arthur Rosenberg, *Democracia e socialismo. História política dos últimos cento e cinquenta anos (1789-1937)* (São Paulo: Global Editora, 1986), pp. 175-218; Vv.Aa., *Karl Marx. Biografia* (Lisboa/Moscou Edições Avante/Edições Progresso, 1983), pp. 480-540 e 566-595.

7 O Congresso de Paris foi iniciado em 14 de julho de 1889, no dia do centenário da Grande Revolução Francesa (da tomada da Bastilha). Participaram cerca de 400 delegados de 22 países. Ver Bo Gustafsson, op. cit., p. 19.

Antônio Roberto Bertelli, sociólogo, editor, presidente do Instituto Astrojildo Pereira e membro do Conselho Diretor e de Redação da *Revista Novos Rumos*.

a revolução ainda estava muito vinculada à possibilidade de se manter viva a chama da democracia social, como forma agregadora de todas as forças democráticas e revolucionárias.

Depois das derrotas de 1848-1849, o movimento democrático-revolucionário sofreu uma série de divisões que, de certo modo, enfraqueceram o poder revolucionário dessa democracia social. Parte da burguesia, a mais consciente e atuante, percebeu que a consolidação do sistema capitalista burguês podia e estava sendo desenvolvida através de uma política de acordos e compromissos com as camadas remanescentes do velho regime feudal. De fato, naquilo que era básico e fundamental, a revolução burguesa demandara métodos revolucionários para se impor, mas agora as condições eram diferentes, e a burguesia necessitava muito mais de meios econômicos e políticos para permanecer no poder. Por isso, tal camada burguesa não teve receios em se compor com forças contra as quais antes lutara, deixando assim de ser uma força integrante da democracia social.

Porém, o rompimento deu-se no seio de certa parcela da burguesia, pois outras camadas burguesas e pequeno-burguesas ainda se sentiam vinculadas a essa democracia social, já que, em função de circunstâncias históricas específicas, alguns países não haviam ainda realizado sua revolução burguesa definitiva. Assim, em alguns lugares, a manutenção da democracia social era ainda aconselhável. Em função disso, Marx e Engels não poderiam aprovar que o movimento operário se isolasse da democracia social, passando a agir de modo autônomo e independente na busca da revolução social. Evidentemente, a situação extrapolava esse aspecto e merecia uma análise mais complexa.

Deve-se destacar, por exemplo, que, nesse processo de divisão de forças, aquela parcela da burguesia e da pequena burguesia que pensava em manter a democracia social não podia estar livre dos componentes ideológicos que marcam a mentalidade burguesa e capitalista: apego à sacralidade da propriedade privada, ao individualismo burguês e pequeno-burguês, etc. Tais componentes, além disso, manifestam-se para a camada pequeno-burguesa de modo ampliado, pois, sob sua ótica vacilante e dividida, revestem-se de idealizações, aparecendo como formas tidas por "socialistas": federalismo, cooperativismo, anarquismo etc. Por isso, mesmo querendo manter a democracia social, essa parcela jamais tenderá a se compor com seu aliado "à esquerda", o *povo oprimido*, aqui já bem mais configurado como proletariado urbano industrial. Assim, as razões pelas quais Marx e Engels ainda insistiam na manutenção de uma democracia social revolucionária, fiel ao espírito de 1848, se afiguravam cada dia mais insustentáveis, diante desse movimento operário que ia se tornando mais consciente de seu papel.

Marx e Engels dedicaram inúmeros esforços para entender e explicar esse fenômeno inglês, que de resto marcou toda a história do movimento operário internacional.

Na verdade, no decorrer dessa luta por sua afirmação como movimento independente, autônomo, o movimento operário começou a identificar fatores novos e circunstanciais no desenvolvimento da sociedade burguesa capitalista, fatores que determinavam novas exigências para o posicionamento nessa nova realidade. De um lado, uma parcela desse movimento, a vanguarda intelectualizada, formada por quadros quase sempre vindos da burguesia e da pequena burguesia e, minoritariamente, por quadros operários mais cultos e conscientizados, compreende que as posições de Marx e Engels são corretas e justas, que de fato este é o caminho a ser percorrido. Mas, de outro lado, há as massas proletárias, a maioria do "povo oprimido", que só conseguem perceber os problemas diretos, concretos, impostos pelo dia-a-dia de miséria e angústia vivido sob a produção capitalista. E querem soluções, querem resolver essas misérias e angústias aqui e agora.

Essa contradição entre o real e o ideal, entre a prática e a teoria, não podia ser deixada de lado, mesmo porue teria importantes conseqüências na luta revolucionária, não só para os que viviam em função do seu cotidiano, mas também para os que teorizavam e formulavam interpretações em torno dessa contradição.

Marx e Engels sempre foram sensíveis a esse fato. Jamais deixaram de acentuar a dialética histórica que baliza essa situação, mostrando que, se a longo prazo é preciso encontrar uma solução definitiva — com a revolução social —, a curto prazo não se pode deixar de lado os problemas diretos e concretos da escravidão salarial. Toda a literatura produzida pelos dois teóricos está impregnada de ensinamentos nesse sentido. Tomemos, por exemplo, um documento fundamental, o *Manifesto inaugural* da AIT, onde indicam problemas como a jornada de trabalho, o trabalho da mulher e do menor, as condições de trabalho, etc., como sendo objetos de luta da classe operária, além, é claro, do sufrágio universal, permanente reivindicação do movimento operário europeu de então.

INFLUÊNCIAS: O CARTISMO INGLÊS E A COMUNA DE PARIS

Foi relevante o exemplo do primeiro movimento operário europeu fortemente organizado, o cartismo inglês, cujas lutas foram marcadas pela preocupação acentuada com problemas concretos e cotidianos, fato que o tornou praticamente imbatível nessas questões (econômicas, classistas, corporativistas). Ao mesmo tempo, essa ênfase em questões imediatas evidenciou a ineficácia e a inoperância do cartismo inglês no que se refere à luta por uma revolução social que, além

8 Para esta parte de nossa análise, nos valem especialmente da obra de Rosenberg, citada; também utilizamos as demais obras mencionadas na nota 6, bem como a obra de Gustafsson mencionada.

Nessas obras tem-se uma visão bastante ampla dessa questão, e ao mesmo tempo uma rica indicação de textos e cartas trocadas entre Marx, Engels e muitos outros militantes revolucionários nela envolvidos.

No que se refere especificamente à visão de Marx e Engels da revolução de 1848, e sua participação, pode-se consultar, além das já citadas, a fundamental obra de Fernando Claudín, *Marx, Engels e a revolução de 1848*, em sua edição espanhola do Siglo Veintiuno, que pode ser encontrada entre nós. (Esta obra será em breve publicada pela Global Editora).

dessas questões, se voltaria para a luta pelo direito prioritário, isto é, o poder político.

Marx e Engels dedicaram inúmeros esforços para entender e explicar esse fenômeno inglês, que de resto marcou toda a história do movimento operário internacional.

Do mesmo modo, os acontecimentos franceses de 1871 (Comuna de Paris) trouxeram uma série de contribuições e experiências a serem ponderadas em função da história do desenvolvimento do movimento operário. Depois de vinte anos, ressurgia na França uma força revolucionária capaz de abalar o poder da burguesia, solidificado desde as derrotas de 1849-1850, embora tenham atuado problemas externos, como a queda do Segundo Império — após vinte anos de dominação, com suas aventuras, corrupções, desastres e incompetência —, aliada à situação internacional de desenvolvimento do capitalismo europeu.

Mas a Comuna de Paris mostrou, sobretudo, que o movimento operário isolado, despreparado e sem organização, por mais que derramasse sangue nas barricadas parisienses, não podia ainda enfrentar o poderio da burguesia, com seu Estado moderno, baseado numa forte e estruturada burocracia, no exército regular profissional e na polícia altamente preparada para enfrentar situações de insurreição. Marx, mais uma vez, ofereceu-nos, com suas análises dedicadas à Comuna, valiosos ensinamentos de história, principalmente apontando a Comuna de Paris como uma importante fonte de reflexão para o proletariado mundial.⁹

Se, de fato, o desenvolvimento da sociedade capitalista moderna deixava claro que a democracia social estava praticamente sepultada — pelo menos no espírito de 1848 —, evidenciava também duas coisas: em primeiro lugar, que o movimento operário devia se preparar melhor para caminhar com seus próprios pés pela estrada que leva à revolução; precisava se ordenar, criar seu organismos e instrumentos de ação, pois já não podia contar com o apoio das camadas burguesas; mesmo a pequena burguesia oscilava sempre entre a opção burguesa e a proletária, de modo que, quando a opção burguesa se configurava como a mais forte, inevitavelmente a camada pequeno-burguesa pendia para ela. Em segundo lugar, havia o fato de que essa organização operária tinha que ter características novas, modernas, já não bastando aquelas que ainda cheiravam a grupos e clubes, jacobinos e maçônicos, próprios do tempo da democracia social, ao estilo de 1789 e 1848. E foi exatamente depois da Comuna que os movimentos operários começaram a se estruturar da forma que caminhou no sentido do partido político moderno, do qual, como se disse, a social-democracia foi o modelo inicial básico.

AS CRÍTICAS DE MARX E ENGELS AOS MOVIMENTOS “MARXISTAS”

Também os novos partidos traziam a contradição proveniente das lutas heróicas anteriores: a contradição entre a luta pela revolução social e a luta pelas reivindicações do dia-a-dia da vida operária. Na verdade, entre reforma e revolução. E todo o desenvolvimento histórico dos partidos operários desde então ficou marcado pela constante luta entre duas tendências, que ora pende para um lado — o

Assim, a partir de 1880 essa tendência à hegemonia do “marxismo” no seio do movimento operário europeu foi se acentuando, e pode-se dizer que, quando o movimento alemão se organizou em partido, era essencialmente um movimento de orientação “marxista”.

da revolução — ora para o outro — o da reforma.

Quando se deu o congresso de unificação dos movimentos alemães, naturalmente foi aprovado um novo programa para o partido que nascia. Marx, assim como Engels, tão logo tomou conhecimento desse programa, manifestou suas reservas. Enviou aos dirigentes do novo partido suas anotações críticas ao programa, mas estes não as levaram em consideração, nem tampouco as divulgaram junto ao partido. Somente em 1891 Engels conseguiu divulgar na *Die Neue Zeit* as notas críticas de Marx ao programa de Gotha. Isso deveu-se em parte à discussão que surgia em torno do novo programa aprovado em Erfurt. E, assim mesmo, essas notas de Marx tiveram que ser amenizadas, pois a direção da social-democracia, diante das restrições à imprensa então vigentes, pediu para que Engels retirasse as passagens mais “radicais” das anotações marxianas.

Mas o importante é que Marx fez ao programa várias restrições, pretendendo mostrar, fundamentalmente, que o documento tinha concepções contrárias a uma posição nitidamente revolucionária, que consistiria em preparar as classe operária, conscientizando-a e educando-a para essa luta. Destacou que havia um excesso de palavras de ordem orientadas para lutas parciais. Quanto à posição de Engels, podem-se consultar suas cartas: de março de 1875, a Bebel e de outubro do mesmo ano, a Bracke, onde ele manifesta sua opinião quanto à fusão, aos acordos para se chegar a ela, aos acordos que dela decorreram e às concessões feitas ao “lassalismo”.

Hoje, entretanto, pesquisas mais modernas podem nos mostrar que havia certa intolerância e má vontade nessas considerações dos dois fundadores do socialismo científico, especialmente quanto a Lassalle e, depois, ao “lassallismo”. Tratava-se de uma antipatia pessoal que Marx e Engels não conseguiam disfarçar, além do fato de que ambos estavam distantes da Alemanha havia muito tempo e, por isso, não podiam ter uma idéia real do que ali ocorria em função da estruturação do movimento social-democrata. E, aqui, tem-se a nítida impressão de que o espírito de 1848, da democracia social, estava ainda marcadamente claro na visão de Marx e Engels.¹⁰

9 Conf. Karl Marx, *A guerra civil na França* (São Paulo: Global Editora, 1986).

10 A questão “lassalliana” pode ser enfocada a partir das seguintes colocações: em primeiro lugar, na época em que Lassalle era vivo e tentou se aproximar de Marx e Engels, ao mesmo tempo em que desenvolvia sua ação política independentemente dos dois fundadores, tanto Marx como Engels sentiam grande antipatia pessoal por ele, e viam com muitas reservas as suas ações. Após sua morte, um ano depois de ter fundado a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, contra a opinião de Marx e Engels, as divergências continuaram com os seguidores de Lassalle à frente da associação, sobretudo com Schweitzer, que passou a ser o presidente. Por isso, quando houve a unificação em Gotha, em 1875, a ressalva de Marx e a de Engels eram no sentido de criticar as concessões

Mas, de qualquer modo, apesar dessas “concessões” apontadas por Marx e Engels em suas críticas, o partido se desenvolveu estreitamente relacionado com uma orientação que acabou sendo denominada como “marxista”. A tendência lassalliana foi aos poucos perdendo consistência e, por fim, a direção era praticamente “eisenachiana”.¹¹

Essa orientação “marxista” começara logo após a Comuna de Paris e atingira todo o movimento operário europeu. Num primeiro momento, a adesão ao “marxismo” era tratada de modo pejorativo — sabe-se que mesmo Marx reagia a isso, afirmando que “ao que eu sabia, não sou marxista” —, pois os que se diziam “marxistas” muitas vezes estavam muito longe de seguirem as teses de Marx e Engels. Entretanto, era cada vez mais nítida a influência do pensamento dos fundadores no seio da luta operária organizada, principalmente devido às observações que Marx fizera sobre a Comuna e ao fato de ter ressaltado o prestígio da AIT, com as *Mensagens* que redigiu e editou em seu nome. Após uma posição inicial crítica e mesmo de oposição ao movimento, tornou-se evidente o seu apoio à Comuna, que passou a ser identificada como um movimento “marxista”.¹²

Além disso, a Comuna serviu de cemitério para os postulados proudhonistas — até então muito fortes no seio do movimento operário francês — e para os resquícios do blanquismo, que sobreviviam na tradição francesa operária. Os líderes remanescentes, ou seja, os que não foram assassinados pelas forças de Thiers, tornaram-se quase todos “marxistas”, como, por exemplo, o jovem Lafargue.

Fora da França, embora o movimento operário fosse menos desenvolvido, também a influência do “marxismo” veio pouco a pouco sendo imposta, exceto no movimento cartista inglês que, como vimos, era talvez o mais forte e organizado, mas que continuava impenetrável para as teses fundamentais do socialismo marxista. Isso não ocorria, por exemplo, na

A introdução de Engels ao texto de Marx de 1850 apresentava posições contrárias às teses políticas básicas da social-democracia alemã, se defendiam a possibilidade de se chegar ao poder por via parlamentar e, com isso, implantar-se o socialismo.

Itália e na Espanha, onde surgiam movimentos marcados por uma grande luta entre as tendências dominantes de caráter anarquista, sobretudo por influência de Bakunin, e a nova tendência que procurava se afirmar, mais ligada às posições da Associação Internacional dos Trabalhadores, cuja hegemonia cabia ao “marxismo”.

Assim, a partir de 1880 essa tendência à hegemonia do “marxismo” no seio do movimento operário europeu foi se acentuando, e pode-se dizer que, quando o movimento alemão se organizou em partido, era essencialmente um movimento de orientação “marxista”.

Com a morte de Marx em 1883, coube a Engels acompanhar o desenvolvimento do partido operário, e foi enorme a sua contribuição para que o marxismo se fizesse sentir em todo o movimento operário socialista”.¹³

Contudo, não devemos esquecer que a vida continuava, que a história se desenrolava, que o capitalismo se desenvolvia. As transformações econômicas, tecnológicas, sociais, políticas, culturais, etc., colocavam novos problemas e demandavam novas análises, alternativas e soluções.

A NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO TEÓRICA

Também para os novos partidos operários já não eram suficientes as velhas explicações e teorias que se referiam a uma realidade que ia rapidamente se transformando, deixando para trás os heróicos anos das gloriosas lutas de barricadas nas ruas das capitais europeias.

Engels, evidentemente, estava atento a tudo isso. No seu papel de mestre, conselheiro, assessor e “consciência crítica” da social-democracia, procurava por todos os meios incentivar novos estudos e pesquisas, fazendo ele mesmo — em seus livros, artigos, introduções e cartas — tentativas nesse sentido.

Responsável pela publicação dos textos inéditos de Marx, inclusive o material de *O capital*, que tivera somente o livro I editado antes da morte do autor, Engels empenhava-se não apenas na publicação de novos textos, mas também nas

que foram feitas ao “lassalismo”, tanto no que se refere a pontos programáticos do novo partido, com equívocos sérios nas concepções econômicas e políticas expressas no programa, como no tocante à divisão dos membros da direção do partido, com preponderância de elementos “lassallistas”.

Na época, Bebel e Liebknecht, os dois principais fundadores e dirigentes do Partido Operário Social-Democrata (eisenachianos), embora recebessem as críticas de Marx e Engels, procuraram não lhes dar ouvidos. Anos depois, como todos os social-democratas alemães consideravam Lassalle um dos fundadores do movimento, e não escondiam isso, tiveram oportunidade de tecer comentários com outros dirigentes sobre essa má vontade de Marx e Engels para com Lassalle. Além disso insistiram que ambos, pelo fato de não viverem na Alemanha, tinham idéias distorcidas a respeito de muitos problemas concretos que marcaram a vida e o desenvolvimento do partido.

Nas obras de Rosenberg, Riazanov, Gustafsson e Mehring, já citadas, há uma ampla discussão e informações sobre tudo isso, além de um aparato bibliográfico que, se for o caso, pode ser consultado pelos mais interessados na questão.

11 O desenvolvimento do partido mostrou que a tendência eisenachiana, por sua consistência e sobretudo pela vinculação que mantinha com o marxismo — que oferecia uma base teórica sólida para sua ação dirigente —, terminou por se impor na direção do partido. Sem dúvida alguma nesse sentido a figura de August Bebel se agigantava sobre as demais nesse período do partido, e teve grande importância para essa consolidação. Aliás, enquanto Bebel viveu, era o líder incontestável, a figura por todos respeitada, que com sua honorabilidade, habilidade política e sabedoria evitava os grandes choques de opiniões, as desavenças pessoais, conciliando todas as tendências e “segurando” os mais afoitos e caibais.

12 Como se sabe, para Marx, a Comuna de Paris era equivocada e havia vários erros sérios na condução do movimento. Contudo, tão logo caracterizou-se o sítio de Paris, com Thiers e o governo burguês reacionário de um lado e as tropas invasoras dos exércitos de Bismarck do outro, Marx imediatamente deixou de lado suas reservas e passou a jogar o peso de seu prestígio pessoal e o da AIT no apoio à Comuna. Para uma análise interessante dessa situação, ver Arthur Rosenberg. “A Comuna de Paris e o fim da I Internacional” in op. cit., pp. 187-204.

13 A questão do “último Engels” tem suscitado nos tempos mais recentes uma série de discussões. Para facilitar o leitor, selecionamos uma bibliografia básica sobre o tema, de acesso razoavelmente fácil entre nós: Oskar Negt. “O marxismo e a teoria da revolução no último Engels” in Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo, 2; O marxismo na época da Segunda Internacional*, primeira parte (São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1982), pp. 125-200; Liana Longinotti, *La revolución de la mayoría* (Barcelona: Juan Lliteras, editor, 1975); Bo Gustafsson. “O tratamento de Friedrich Engels” in op. cit. pp. 47-100, cap. 2; D. Riazanov, op. cit., pp. 171-191; Antonio Roberto Bertelli, “Uma introdução polêmica”, in Karl Marx, *As lutas de classes na França (1848-1850)* (São Paulo: Global Editora, 1986), pp. 7-27.

reedições de Marx, às quais agregava introduções que eram verdadeiras lições de marxismo. Ali, ensinava como deviam ser lidos aqueles textos, onde eram válidos, onde estavam superados, etc.

Uma dessas introduções, entretanto, iria lhe causar profundos aborrecimentos no último ano de vida, e se destacaria como a grande tentativa de renovação da teoria que ele e Marx haviam criado e consolidado. Trata-se do seu penúltimo ensaio: a introdução para a reedição de *As lutas de classes na França*, de Marx.

Na verdade, o episódio foi muito mais uma decorrência de fatores concretos e objetivos, de ordem política e teórica, do que propriamente uma tentativa de usar maldosamente o “velho” Engels para fins não muito louváveis,

Como se sabe, a introdução de Engels foi usada pela direção da social-democracia alemã para apoiar, ou melhor, avalizar as suas teses políticas de 1895, isto é, as teses pacifistas e parlamentares. Inclusive, o mesmo texto serviria para, mais tarde, o próprio Bernstein defender suas teorias.

O fato é conhecido e já foi abordado mais detalhadamente em outra ocasião¹⁴ mas, para melhor situar nossa análise, faremos um breve resumo.

A introdução de Engels ao texto de Marx de 1850 apresentava posições contrárias às teses políticas básicas da social-democracia alemã, que defendiam a possibilidade de se chegar ao poder por via parlamentar e, com isso, implantar-se o socialismo. Usando o argumento — verdadeiro — de que naquele momento corriam no parlamento alemão iniciativas para se votarem novas leis anti-socialistas, a direção do partido pediu que Engels retirasse de sua introdução, certas passagens que, uma vez interpretadas pela classe dominante como um incentivo à luta violenta pela tomada do poder, induziriam à votação de tais leis. Engels concordou e recebeu as provas tipográficas para fazer os “cortes”.

Contudo, enquanto ainda preparava as correções, o jornal central do partido, o *Vörrwarts*, dirigido por Wilhelm Liebknecht, publicou, sem sua autorização, passagens da introdução que claramente defendiam os métodos pacíficos e parlamentares. Essa impressão foi provocada pelo destaque de trechos isolados, entre os quais havia, por exemplo, a célebre passagem da “condenação” das lutas de barricadas. Evidentemente Engels protestou, mas insistiu em vão, mesmo em sua discussão com Kautsky, na qual disse-lhe que sua introdução deveria ser publicada na íntegra antes que o livro saísse. Kautsky concordou, pois na verdade, como narra em seu livro *O Caminho do poder*,¹⁵ já havia sugerido a Engels essa providência. Entretanto, a introdução foi publicada com os cortes que Engels mesmo fizera nas provas tipográficas.

A mesma versão circulou com o livro, e somente em 1925 Riazanov, o historiador marxista soviético, levantou a questão. Riazanov, exilado, estudara — juntamente com Kautsky e Bernstein — os documentos de Marx e Engels que haviam sido guardados no arquivo da social-democracia, e encontrou as provas tipográficas com as alterações. Em 1930, na União Soviética, o Instituto Marx-Engels-Lênin,

Engels escrevia a Sorge, em 24 de outubro de 1891: “O projeto de programa defendido por Kautsky, por Bebel e por mim serviu de base para a parte política do programa.

Tivemos a satisfação de ver a crítica marxista do programa triunfar completamente”.

dirigido por Riazanov, publicou a versão original dessa introdução, que é a que hoje conhecemos.

Esse fato marcou a trajetória de Engels na busca de novas explicações e alternativas para o novo quadro que surgia com o desenvolvimento do capitalismo, tentando responder à exigência teórica que se impunha não somente para a social-democracia, mas também para o pensamento burguês.

Nas classes dominantes, uma vez que a burguesia não tem necessariamente uma visão a princípio monolítica dos problemas que a afligem, essas análises e interpretações surgiam matizadas aqui e ali por explicações que, refletindo opiniões de diferentes camadas da burguesia, podiam ocasionalmente soar como mais modernas, progressistas e avançadas. Nessa linha, a questão do socialismo, do movimento operário organizado (a social-democracia), não podia ser ignorada por frações desse pensamento burguês que tendiam a incorporá-la à esfera dominante. Com isso, estariam “domesticando” o movimento operário, na medida em que propunham o atendimento de muitas reivindicações parciais, mantendo assim o controle para que não se questionasse o sistema.

Entre a intelectualidade alemã, sobretudo a de origem acadêmica, havia tendências que seguiam esse raciocínio, buscando meios para conseguir a paz de classes, a conciliação entre o capital e o trabalho, de modo que houvesse um desenvolvimento harmônico e equilibrado. Essas tendências, contudo, não se dedicavam a uma crítica grosseira, sem fundamentação; ao contrário, desenvolviam os métodos de uma ciência social burguesa bastante sofisticada, como ocorreu entre os “socialistas de cátedra” e alguns economistas e sociólogos de formação cristão-evangélica que se organizavam em torno do *Verein für Sozialpolitik* (Schmoller, Sombart, Lujo Bretano, Max Weber, etc)¹⁶

Engels participou intensamente dos debates que houve na década de noventa sobre essas tendências, procurando responder às críticas, fornecer explicações suplementares e atualizar os fundamentos da teoria marxista. Podemos citar, por exemplo, sua participação nos trabalhos sobre a obra de Paul Barth, *A filosofia da história de Hegel e dos hegelianos até Marx e Hartmann*, e, também, a polêmica que manteve sobre a interpretação do terceiro tomo de *O capital*, na qual teve dois fortes contendores: do lado “acadê-

14 Antonio Roberto Bertelli, op. cit.

15 Conf. Karl Kautsky, “Nem revolução nem legalidade a qualquer preço” in *O caminho do poder* (São Paulo: Ed. Hucitec, 1979), pp. 39 e ss.

16 Uma descrição interessante sobre a importância desses pensadores burgueses alemães e a influência de seus estudos e pesquisas sobre os pensadores social-democratas alemães é a de Giuliano Procacci em sua introdução à obra de Kautsky. V. “Introdução” in Karl Kautsky. *A questão agrária* (6. ed.: México: Siglo Veintiuno Editores, 1984), pp. 11-127.

mico”, Sombart; do lado social-democrata, Schmidt. E não se pode esquecer que, nessas polêmicas, Engels não respondia apenas aos críticos burgueses, mas também aos críticos social-democratas.

Portanto, como vemos, desenvolvia-se ao mesmo tempo uma ciência burguesa que procurava entender e explicar a nova fase do capitalismo e uma pesquisa teórica social-democrata que, a fim de atender às exigências do momento, tentava criar novas explicações, novos fundamentos teóricos para o marxismo daquele tempo, de modo que se pudesse continuar avançado, evitando-se a estagnação. A social-democracia precisava ainda rebater essa crítica burguesa e suas interpretações, que tinham como objetivo último mostrar que a nova etapa do capitalismo já não era a mesma que Marx analisara e que, por isso, o marxismo estava superado e não era capaz de entender os novos tempos.

Entretanto, mesmo nesse novo momento do capitalismo havia os problemas do dia-a-dia que se impunham ao movimento operário, agora atuando numa sociedade muito mais complicada, em termos de estratificação social, do que aquela composta por burguesia, pequena burguesia e proletariado. As camadas de classes estavam cada vez mais configuradas: burguesia comercial, industrial e financeira; os estratos médios, a pequena burguesia urbana, extremamente diferenciados. O proletariado já não era assim tão monolítico, pois além das camadas industriais, que se diferenciavam a cada dia do ponto de vista profissional, surgiam outras camadas de trabalhadores, como empregados em serviços, ferrovias, correios, bancos, etc. E a realidade da agricultura criava camadas rurais diferenciadas, seja no pólo dominante, com os capitalistas agrários, latifundiários, médios e pequenos fazendeiros, seja no pólo oposto, com operários rurais, camponeses de todos os tipos, peões, etc.

Tudo isso gerou no partido social-democrata, que era de origem estritamente operária e industrial (aqui é preciso dizer que até então o conceito de operário se confundia com o de proletário, como no marxismo clássico), uma série de posturas, de reivindicações que, por sua diversidade, impossibilitavam uma política operária monolítica, nos moldes clássicos, isto é, operária industrial. E tão logo a questão agrária colocou-se como questão fundamental para o partido, o problema assumiu contornos mais nítidos, principalmente quanto à relação entre capitalismo e agricultura e entre cidade e campo dentro de uma economia capitalista. Como esteio dessas contradições, estava a relação entre operariado industrial e campesinato.

Esse problema virá à tona mais tarde nos congressos do partido, provocando uma enorme discussão, da qual surgirá como tentativa de teorização oficial, o livro de Kautsky.¹⁷ Mas antes disso os conflitos gerados pelo emaranhado de tendências e de camadas iam ganhando corpo. No interior do partido, na medida em que ele desenvolvia sua ação política e crescia, aumentando seu poder na sociedade. Assim, representantes de uma região que era industrializada, fortemente operária, defendiam posições totalmente volta-

Eram produto de uma mescla de teorias socialistas influenciadas pelas correntes de pensamento mais diversas, incluindo teóricos pequeno-burgueses como Dühring e Lassalle, burgueses radicais e liberais, como alguns socialistas de cátedra, e até estudiosos materialistas e positivistas, como Darwin, entre outros.

das para temas operários e industriais; outros, de regiões mais agrárias, cujos problemas giravam em torno de questões rurais, lutavam pelos camponeses pobres; os representantes pequeno-burgueses, por sua vez, defendiam as camadas médias, como intelectuais, e cada parcela desconhecia o interesse das demais.¹⁸

Nesse contexto, era de se esperar que as análises e pesquisas teóricas refletissem a mesma complexidade. Buscavam-se então embasamentos, orientações para que o partido se situasse e pudesse navegar nesse mar revolto, situação que, embora aparecesse com maior relevo na Alemanha, pelas características históricas que conhecemos, também podia ser notada na Áustria, Bélgica, Polônia, França, Rússia, Itália, etc. Toda a social-democracia vivia tais problemas com maior ou menor intensidade.

E deve-se agregar outro importante fator: em 1890, ao caírem as leis anti-socialistas, subitamente o partido alemão foi legalizado, o que fez aflorar em seu interior toda essa complexidade, também refletida no projeto do novo programa do partido (Halle, 1890). Aqui, mais uma vez a consciência do marxismo falou pela voz de Engels: em 1891 o Congresso de Erfurt, que deveria aprovar o projeto de programa redigido em Halle pela direção do partido, aprovou um outro, o de Kautsky.

Engels escrevia a Sorge, em 24 de outubro de 1891: “O projeto de programa defendido por Kautsky, por Bebel e por mim serviu de base para a parte política do programa. Tivemos a satisfação de ver a crítica marxista do programa triunfar completamente”.¹⁹

Mas é preciso destacar: o novo programa foi elaborado a partir de um centro intelectual fortemente estruturado dentro do partido, formado em torno da revista *Die Neue Zeit* e composto por uma esmagadora maioria que chegara

17 Para uma análise desta questão ver a excelente introdução de Giuliano Procacci, citada, e Hans Georg Lehmann, *Il dibattito sulla questione agraria. Nella socialdemocrazia tedesca e internazionale. Dal marxismo al revisionismo e al bolscevismo* (Milão: Feltrinelli Editore, 1977).

18 Podemos citar, a título de exemplo, dois movimentos divergentes que, nesse sentido, tiveram importância, cada um em sua época e a seu modo. Primeiro, o movimento dos “jovens” de esquerda radical que, sendo na maioria “estudantes e literatos”, no dizer de Engels, criticavam as posições do partido por serem não-radical, conciliadoras e moderadas. A grande maioria desses “radicais de esquerda”, nos anos subsequentes, foi expoente da tendência revisionista. Depois, a posição de Von Vollmar, especialmente no que se refere às questões quotidianas e à problemática agrária, já que, sendo da Baviera, zona atrasada e não industrializada, tinha como massa política e eleitoral artesãos, pequenos empresários agrícolas, camponeses, etc. Outro exemplo típico dessa situação é a posição do grupo polonês dentro da social-democracia alemã, liderado por Rosa Luxemburgo, especialmente quanto à questão do internacionalismo e da autodeterminação das nações (aqui, agradeço a José Paulo Netto pela lembrança).

19 Conf. Engels, *A crítica do Programa de Erfurt* (Porto: Portucalense Editora, 1971), nota 22. p. 103.

ao partido no período de sua formação, atravessando os anos da ilegalidade. À frente desse grupo encontrava-se uma figura que passaria desde então a desempenhar um papel determinante nos assuntos teóricos do partido e de todo o marxismo da social-democracia: Karl Kautsky.²⁰

Com as restrições das leis anti-socialistas, o partido não podia manter publicações orgânicas no interior da Alemanha. Seu centro dirigente interno, comandado por Bebel, era a fração parlamentar que, como não havia um partido legalmente organizado, exercia o comando a partir do Reichstag. Esse fato sem dúvida causou uma séria distorção na política de direção do partido, pois mesmo após a legalização e conseqüente formação do Comitê Nacional, esse grupo parlamentar continuou a ter enorme influência dentro do partido social-democrata, determinando sua linha política básica, praticamente sem o controle do Comitê Nacional.

BERNSTEIN: SUA TRAJETÓRIA

Não podendo manter revistas, jornais, editoras, etc., o partido deslocou essas iniciativas para o exterior, especialmente para a Suíça. Na verdade, esse caminho foi adotado a partir da experiência de publicações que não tinham sido fundadas diretamente pelo partido, embora se pudesse dizer que eram comandadas por simpatizantes da social-democracia. Em função das leis anti-socialistas, Höchberg, um rico judeu alemão que professava uma espécie de "socialismo ético" e ajudava financeiramente o partido social-democrata alemão, criara em Zurique algumas publicações, como o *Jahrbuch für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Ali, trabalhavam intelectuais que já tinham aderido à social-democracia, embora não pudessem dedicar-se à militância intelectual dentro da Alemanha. Bernstein era um desses homens. Encontrava-se na Suíça desde 1878, onde era uma espécie de secretário de Höchberg e colaborador de suas publicações. Em 1880, Höchberg convidou também o jovem Kautsky para integrar-se ao trabalho do grupo na Suíça. Nasceu então, entre os dois jovens publicistas, uma sólida amizade (Bernstein tinha vinte e oito anos e Kautsky, vinte e quatro) e uma estreita colaboração teórica, naqueles primeiros anos de militância; Orestes e Pflades vermelhos, como eram conhecidos,

Em 1880, ainda com a colaboração de Höchberg, funda-se a revista *Der Sozialdemokrat*, dirigida no seu primeiro ano por Von Vollmar, o futuro líder bávaro do partido, e, a partir de 1881, por Bernstein. Kautsky não ficou na Suíça por muito tempo; depois de passagens por Londres (onde teve seu primeiro encontro com Marx e Engels) e Paris, retornou à Alemanha e incumbiu-se da tarefa que seria a principal de sua vida: dirigir a revista teórica e científica do partido, a *Die Neue Zeit*, fundada em 1883. Sendo uma

O "Bernstein-Debatte" teve o grande mérito de não só obrigar praticamente toda a intelectualidade social-democrata a participar dessa polêmica, mas também — e o que é mais importante — proporcionar um avanço significativo do pensamento marxista.

publicação "científica e acadêmica", a revista podia circular mesmo sob a vigência das leis anti-socialistas, pois não era diretamente vinculada ao partido; e propriedade da empresa editorial Diez, que teria também um grande papel como editora social-democrata nos anos subsequentes.

Quando o partido voltou à legalidade, esse grupo intelectual formado em torno da *Die Neue Zeit* já gozava de excelente conceito nacional e internacional e teve uma atuação de destaque na produção teórica do partido, embora comesçassem a ser lançadas outras revistas e alguns jornais.

Já a equipe do *Der Sozialdemokrat*, apesar do seu importante papel durante a ilegalidade do partido, não teve um desenvolvimento tão tranquilo. Sob a influência de Röchberg, publicava artigos que não podiam ser considerados exatamente marxistas e fugiam à linha do partido. Alguns deles suscitaram críticas de Marx e de Engels, que inclusive quase chegou a romper com a revista, na época já sob a direção de Bernstein. O incidente foi superado com a "ida à Canossa", isto é, ao "Engelsburg" de Londres; Bebel e Bernstein naturalmente fizeram autocritica e admitiram suas "heresias", sendo assim perdoados.²¹

Porém, em 12 de maio de 1888 o governo suíço cedeu às pressões do governo alemão e toda a redação da revista teve que deixar o país. Bernstein foi para Londres, de onde continuou a editar a revista até setembro de 1890, data do último número.

Mesmo após a revogação das leis anti-socialistas, Bernstein não voltou de imediato para a Alemanha: ficou na Inglaterra como correspondente do jornal oficial do partido, *Vörrwärts*, fundado naquele ano em Berlim como órgão central do partido, e da revista *Die Neue Zeit*, em cujo conselho de redação foi aceito.

Assim, daria prosseguimento à sua trajetória político-intelectual, iniciada em 1878 com a adesão à social-democracia. E embora não pretendamos fazer uma análise exaustiva de sua vida, não podemos deixar de ressaltar alguns de seus aspectos até a publicação de *As premissas*.²²

Bernstein pertence à camada intelectual de origem abastada, na sua maioria de descendência judaica, que aderiu à social-democracia alemã nos anos setenta do século passado. Ao contrário dos primeiros grandes líderes da social-democracia, como Bebel e Liebknecht, que eram de origem operária e tinham participado das lutas revolucionárias de

20 Em torno da figura de Karl Kautsky como teórico e militante da social-democracia existe uma bibliografia razoável, que infelizmente não é toda ela de fácil acesso. Ver, por exemplo, alguns textos fundamentais: Massimo L. Salvadori, "Kautsky entre a ortodoxia e o revisionismo", in Eric J. Hobsbawm, *História do marxismo*, 2; *O marxismo na época da Segunda Internacional*, primeira parte (São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1982), pp. 299-339; Erich Matthias, "Kautsky e o kautskismo", in Karl Kautsky, *La revolución social — El camino del poder*. Cuadernos de Pasado y Presente, 68 (México: Ediciones de Pasado y Presente, 1978), pp. 7-49; e evidentemente a introdução de Giuliano Procacci já citada.

21 Bo Gustafsson, op. cit., p. 106.

22 Para uma análise detalhada sobre esse ponto deve-se consultar o indispensável livro de Bo Gustafsson, já citado.

1848, essa leva de militantes intelectuais não tinha sequer uma tradição revolucionária semelhante. Por isso sua aproximação do socialismo se dava muito mais por razões filosóficas, éticas e culturais, fruto de um questionamento em termos de visão de mundo, do que propriamente por causa da luta de classes direta.

Eram produto de uma mescla de teorias socialistas influenciadas pelas correntes de pensamento mais diversas, incluindo teóricos pequeno-burgueses como Dühring e Lassalle, burgueses radicais e liberais, como alguns socialistas de cátedra, e até estudiosos materialistas e positivistas, como Darwin, entre outros; todos eles jovens e generosos, mais revoltados do que conscientemente revolucionários. Veja-se, por exemplo, a influência profunda e duradoura que o darwinismo exerceu sobre Karl Kautsky.

Bernstein não fugia a essa regra, e sua produção inicial refletia a confusão teórica e metodológica que tantos problemas causara em sua relação com o partido e com Engels, na época da *Sozialdemokrat*. Essa questão nos remete diretamente à gênese e aos fundamentos do mesmo bernsteiniano, tema brilhantemente analisado por Bo Gustafsson, que estuda os textos escritos por Bernstein desde o exílio suíço, passando pelo exílio londrino, pela fase marxista "ortodoxa", chegando até os escritos básicos de seu revisionismo, concretizado pela série de artigos "Problemas do socialismo" de 1896-1898 e, finalmente, pelo célebre *As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia*.

Avaliando essa trajetória, poderia-se justificar que o fato de Bernstein ter vivido o período de sua formação longe do movimento operário alemão o teria influenciado a ponto de levá-lo a um distanciamento do marxismo. De fato, a análise de Gustafsson nos mostra que sua permanência na Inglaterra, perto do movimento operário menos marxista do mundo, vivendo em estreita relação com intelectuais ligados ao socialismo fabiano inglês, facilitou o desenvolvimento de suas tendências teóricas revisionistas. Porém, há uma variável que pesa muito nessa análise, e inclusive Gustafsson não a deixa de lado: as teses bernsteinianas básicas já existiam, aqui e ali, no movimento social-democrata internacional; nada mais eram do que manifestações da tendência que existe permanentemente no movimento operário, desde sua formação, ou seja, a de privilegiar o momento da reforma, isto é, as lutas imediatas, parciais e quotidianas.

Mas, afinal de contas, Bernstein queria com sua proposta renegar o socialismo, abdicar do marxismo? Pretendia aderir à sociedade capitalista? Seus trabalhos mais profundos sobre a revisão, bem como as argumentações que utilizaria mais tarde para explicar suas posições e responder a seus críticos, indicam que não. Na verdade, segundo ele, o que pretendia era contribuir para o avanço e modernização do marxismo, a fim de que, saindo da estagnação em que vivia, continuasse sendo o guia para a ação da classe operária na sua luta contra a miséria e as angústias da escravidão salarial.

É evidente que muitos dos teóricos marxistas reagiram de forma enérgica diante das posições de Bernstein. Rosa Luxemburgo, por exemplo, submeteu suas análises a uma crítica implacável. Primeiro, numa seqüência de ensaios, analisou a longa série de Bernstein "Problemas do socialismo", reforçando suas críticas quando da publicação do seu livro. O conjunto de ensaios de Rosa Luxemburgo foi depois

editado como *Reforma social ou revolução?*²³ Também o amigo Kautsky, já no papel de teórico oficial da social-democracia alemã, fez sua crítica "ortodoxa", que resultaria na obra *A social-democracia e seu crítico Bernstein*, conhecida por *Anti-Bernstein*, numa infeliz alusão ao *Anti-Dühring* de Engels, tal a força de seus críticas ao revisionismo bernsteiniano.

Entretanto, a polêmica instaurada no seio da social-democracia alemã, o "Bernstein-Debatte", tinha raízes que iam muito além do simples fato de um teórico marxista reconhecido, importante membro do partido, publicar artigos e um livro desse teor. Na verdade, tratava-se da velha polêmica sobre a necessidade de novos caminhos teóricos que acompanhassem a nova fase do capitalismo.

O "Bernstein-Debatte" teve o grande mérito de não só obrigar praticamente toda a intelectualidade social-democrata a participar dessa polêmica, mas também — e o que é mais importante — proporcionar um avanço significativo do pensamento marxista.

E se houve aqueles que, de saída, condenaram sistematicamente e de forma incondicional as teses bernsteinianas, também houve os que as apoiaram totalmente. E, do mesmo modo, alguns, mais cuidadosos, procuravam ver ali apenas mais uma postura entre tantas outras no seio da social-democracia, apontando sua falhas e ressaltando outras posições que deviam ser levadas em conta. Neste último grupo encontramos pensadores como Labriola e Victor Adler, que procuravam estudar as teses de Bernstein sem o sectarismo dos demais. Pode-se dizer que, para eles, a visão maniqueísta sobre as teses bernsteinianas era muito mais prejudicial e perigosa para o marxismo do que propriamente as teses.

Do ponto de vista político prático, as posições de Bernstein tiveram uma sorte diferente. Aqueles que — já empregando no dia-a-dia muitas das posturas sugeridas teoricamente por Bernstein — exigiam as reformas, viram em suas teses o embasamento de uma corrente revisionista que se formava e passaria a atuar quase que organicamente dentro do partido. Aqui, é altamente ilustrativo lembrar a afirmação de Ignaz Auer, o líder operário que se transformara num homem poderoso do aparelho do partido; numa carta a Bernstein, dizia que suas teses correspondiam às idéias de muitas pessoas mas que "essas coisas não se dizem; fazem-se".

Tal identificação foi fortalecendo o revisionismo no partido até que a postura da social-democracia alemã diante da primeira Guerra Mundial agudizou o quadro: na votação, em 4 de agosto de 1914, das leis sobre os créditos de guerra, toda a bancada social-democrata, com exceção de dois deputados, votou a favor dos pedidos de créditos feitos pelo governo do Kaiser. Com isso, a corrente revisionista acabou por tomar conta do partido, provocando cisões e subdivisões e imprimindo, desde então, sua política reformista e de compromisso com a sociedade capitalista vigente.

Mas, no que se refere ao "Bernstein-Debatte", deve-se destacar que foi no seu bojo que surgiram as maiores e mais importantes obras do marxismo, que dinamizaram essa

23 Editado recentemente pela Global Editora.

cionou chamar de “marxismo-leninismo” — que de nada mais é do que a leitura do bolchevismo leniniano feita pelos seus epígonos políticos, mais recentemente denominado stalinismo.

É verdade que os ventos começaram a mudar após o XX Congresso do PCUS, mas mesmo assim o bloqueio, a “condenação” e o estigma do marxismo da época da II Internacional continuam existindo, embora com bolsões que aqui e ali mostram uma ruptura com essa visão. Mas, de qualquer maneira, grande parte dos que buscaram o marxismo como método científico e como pensamento político ainda tem preconceitos contra essa grande produção do pensamento marxista.

Fala-se já há algum tempo de uma “crise do marxismo ocidental”. Numa tentativa de resgatar esse marxismo “ocidental”, alguns procuram reavivar a produção de certos pensadores marxistas importantes, como Lucács e Gramsci, buscando orientações para uma saída dessa crise. Outros recorrem a uma leitura “desestalinizada” de Lênin, julgando que no retorno à fonte original do pensamento leniniano, isto é, em suas obras, se encontraria a chave para o fim da crise. Estamos convencidos de que ambas as tentativas são válidas e têm uma importância crucial, mas também acreditamos que apenas isso não basta. É preciso agregar a essas tentativas uma terceira: uma avaliação correta, isenta e séria do marxismo produzido nesse período — desde a morte dos fundadores, até, mais ou menos, os anos trinta do nosso século.

Não queremos deixar a impressão de defender simplesmente um retorno ao marxismo da social-democracia “clássica”. Seria uma insensatez em todos os sentidos. Assim como as obras dos fundadores não podem ser tomadas como textos sagrados que, citados *ad litteram*, explicam todas as coisas, em qualquer época e lugar, é também um equívoco remeter-se à produção da social-democracia tradicional com a mesma finalidade.

O que se precisa levar em conta é que toda essa produção foi elaborada em épocas, locais e situações que balizam o desenvolvimento da sociedade capitalista ocidental desde os anos oitenta do século passado até os anos trinta do nosso século. Por isso mesmo, são análises marxistas profundamente relacionadas com o desenvolvimento do marxismo enquanto crítica da economia política, isto é, com os fundamentos metodológicos e teóricos forjados por Marx e Engels. E aqui nos deparamos com uma questão central: a do “marxismo ocidental”.

A esse respeito, não pretendemos fazer aqui uma análise profunda, pois nos últimos anos uma série de estudiosos tem dedicado uma atenção especial a essas questões, buscando responder a toda uma gama de indagações por elas suscitadas.²⁶ Desejamos apenas traçar um esboço da problemática, expondo nosso ponto de vista.

A solução certamente não está no “marxismo da II Internacional”, contudo é indiscutível que passa por ele e por sua produção teórica. Equivocada, cheia de erros, impotente mesmo em vários sentidos, mas rica, complexa e instigante.

Tomando como base toda a trajetória do marxismo após a falência da II Internacional, podemos verificar que, de fato, a grande tradição marxista inaugurada com Marx e Engels, desenvolvida por todo o período da II Internacional e renovada e enriquecida pela contribuição leniniana, perdeu-se pouco a pouco com o passar dos anos; e, após a década de 1930, desapareceu definitivamente. Daí em diante, o pensamento marxista fragmentou-se em vários ramos que, cada um a seu modo, tentaram e tentam ainda encontrar alternativas, mas a experiência histórica nos mostra que geralmente chegam apenas a becos sem saída.

Na pequena mas importantíssima obra *Considerações sobre o marxismo ocidental* Perry Anderson fez um instigante apanhado sobre esse ponto. E embora sua análise em geral seja inquestionável, é preciso que nos detenhamos na problemática da tradição do marxismo que pode ser resumida em duas grandes características: de um lado, é profundamente ligada à crítica da economia política, isto é, à análise teórica e estrutural do sistema capitalista e seu desenvolvimento. Nesse sentido, trabalha metodologicamente com categorias e conceitos como o valor-trabalho, mais-valia, forças produtivas, modo de produção, etc. De outro lado, a tradição marxista sempre se desenvolveu em estreita relação com o movimento operário. E aqui se vale de conceitos e categorias como classes sociais, consciência de classe, luta de classes, etc. Entre esses dois níveis estabelece-se uma relação dialética, na medida em que a produção teórica — a partir da análise da prática histórica do movimento operário — serve como orientadora, como parâmetro para essa mesma ação prática histórica do movimento. Vemos portanto nada mais que a revelação teórica daquela prática do marxismo clássico — dos fundadores — quanto ao fato de a consciência ser elaborada fora do pensamento cotidiano (bom senso, segundo Gramsci) da classe operária e agir de fora sobre a classe, fornecendo-lhe os meios para uma ação concreta historicamente condicionada. Em outras palavras, e de acordo com a fórmula lapidar simples de Lênin: sem teoria revolucionária não há revolução.

Essa perspectiva foi abandonada a partir da década de trinta e aí residem, a nosso ver — e de Anderson —, a questão básica do marxismo ocidental, que não pode ser desprezada numa análise que se pretende séria. E é no contexto marxismo clássico/marxismo pós-II Internacional que se inserem Lucács — de modo mais direto, na medida em que teve toda sua formação intelectual na riqueza cultural da Alemanha — e Gramsci, vivenciando aquela mescla cultural italiana, um misto de marxismo social-democrata (via Labriola) e hegelianismo (via Croce). Lênin, por sua vez, formou-se na tradição do marxismo clássico via social-de-

²⁶ A bibliografia sobre a crise do “marxismo ocidental” é imensa. Recentemente, entre nós, José Guilherme Merquior lançou um livro sobre o tema. Mas, em nossa opinião, o pequeno ensaio de Perry Anderson, embora não sendo uma obra exaustiva, é a que nos oferece a melhor visão sintética dessa questão. Ver *Considerações sobre o marxismo ocidental* (Porto: Edições Afrontamento, s/d) e também *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo* (São Paulo): Ed. Brasiliense, 1984), que consiste numa continuação do primeiro livro.

mocracia, principalmente a alemã.

Portanto, cada passo numa busca de soluções para a atual crise e estagnação do marxismo ocidental deve considerar esses dados. Mas também há outros aspectos essenciais, como os que envolvem, por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo. Há, inegavelmente, uma linha mestra que acompanha a tradição do marxismo clássico na crítica da economia política, desde *O capital* até os anos trinta, nos estudos mais importantes realizados sobre o tema. Os debates das décadas de 1880 e 1890 sobre as transformações do capitalismo tiveram continuidade com as polêmicas suplementares, igualmente importantes, sobre a crise do capitalismo, teoria do colapso final, surgimento do capitalismo monopolista de Estado, imperialismo, onde intervenções como as de Engels, e depois as de Tugan-Baranovski, Cunow, Hilferding, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bukhárin, Hilferding, Lênin, Bernstein, e tantos outros, manifestavam-se nas discussões do final da década de 1920. Aqui são representativas as obras de Pollock, Stenberg, Bauer, Adler, Bukhárin e Grossmann.

Desde então, esse tema fundamental da teoria marxista

foi relegado quase que ao esquecimento, sendo poucas as obras que se remetem a ele.²⁷ E o exemplo poderia ser multiplicado, na medida em que nos referíssemos a outros temas centrais do marxismo.

Enfim, o importante é que todos eles são caminhos obrigatórios para uma retomada histórica da tradição marxista da teoria revolucionária capaz de apontar na direção da destruição do capitalismo e da sua substituição por um sistema mais justo, humano e que elimine do mundo a miséria da escravidão assalariada: o socialismo.

A solução certamente não está no "marxismo da II Internacional", contudo é indiscutível que passa por ele e por sua produção teórica. Equivocada, cheia de erros, impotente mesmo em vários sentidos, mas rica, complexa e instigante.

27. De fato, depois da obra de Grossmann (1929), somente duas obras podem — a nosso ver —, por seu porte e fundamentação, ser relacionadas com a linha desse debate: a obra do "jovem" Paul M. Sweezy, *Teoria do desenvolvimento capitalista*, de 1942 (existe uma edição brasileira de Zahar Editores, com várias edições), e a de Ernest Mandel, *O capitalismo tardio*, de 1972 (edição brasileira de 1985 pela Nova Cultural, na coleção Os economistas).